

*IF-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Artigos

Cidadania, política e relações sindicais: a urgência do debate na sociedade brasileira

Por: Rafael Egidio Leal e Silva.¹

Rafael.silva@ifpr.edu.br

A revista IF-Sophia chega ao seu quarto número com o tema: Cidadania, Política e Relações Sindicais. Tema de grande amplitude acadêmica e social, e que cada vez mais urge a ampliação do debate, não somente na academia, mas na sociedade brasileira. Podemos dizer então que o atual número desta Revista é heroico por dois motivos: primeiramente por se firmar, a cada edição, como um periódico relevante para a discussão de temas ligados à filosofia, ciências Humanas e suas complexas relações com a tecnologia, obtendo alcance e impacto não apenas local, mas cada vez se estendendo para além das fronteiras do seu contexto de criação. Devemos aqui lembrar que a criação desta Revista aconteceu no IFPR, por professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das áreas de Ciências Humanas, preocupados com a forma da difusão das Humanidades no contexto do ensino médio e técnico com a devida qualidade da formação. A formação desta Revista, fruto de um Grupo de Estudos não se deu por via acadêmica nem por interesses puramente acadêmicos, mas pela necessidade de troca e difusão de debates e experiências. Em segundo lugar, e ligado ao primeiro motivo, a Revista é heroica por abordar em seus números temas de fundamental necessidade de debate para nossa sociedade, como fazemos neste número: discutir a Cidadania e a Política são temas de absoluta atualidade e necessidade, ainda mais no contexto educacional brasileiro.

¹ É mestre em Psicologia, licenciado em Ciências Sociais e graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É servidor público federal, docente EBTT de Sociologia, lotado no campus do Instituto Federal do Paraná – IFPR da cidade de Umuarama/ PR. É Coordenador de Pesquisa e pesquisador-efetivo do Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

E porque política e educação são tão interligadas? No entender de Karl Marx, são estas formas ideológicas que figuram em nossas consciências a partir da base real e material econômica, ou seja, a base da produção da vida, ou melhor, de nossas necessidades básicas. No entender marxiano, a consciência erige-se sobre esta base material, mas pode (não é um determinismo) encontrar-se invertida em relação à realidade, hipótese da ideologia. E a ideologia acontece justamente por a consciência separar-se de sua base real, ou seja, quando a realidade, a natureza e as produções humanas erguem-se sobre os espíritos como coisas estranhas. Ao processo inverso deste estranhamento, a consciência deve tornar-se ativa e, assim como o trabalho que produz coisas, ela deve reproduzir o processo de produção das ideias e concepções, a fim de re-unir-se com a realidade perdida com a alienação. A consciência deve deixar de ser meramente contemplativa e apenas interpretar o mundo como já fizeram os filósofos, e tornar-se revolucionária. No entanto, é a educação e a política, formas historicamente opressoras e que foram utilizadas para a alienação das classes exploradas que possuem a semente da transformação. Mas precisam ser invertidas, para que possam tornar real seu papel de transformação social.

E como podemos inverter o atual sentido da atual visão sobre a política? Pensando em nossa política brasileira, uma de suas expressões mais usuais é a eleição compulsória, o que garante ao nosso sistema político a característica de “democrático”. A eleição gera o imaginário que política tem dois lados: ou você vota, ou você é votado. Mas e o que é uma eleição? Vamos pensar aqui a partir da origem latina desta palavra, sendo a junção de *ex* (fora) e *legere* (catar, colher). Trata-se então de colocar para fora a sua colheita, ou seja, *eleger* é escolher, mas também assumir a responsabilidade da escolha. Interessante notarmos que da palavra *legere* também deriva-se o verbo *ler* em nossa língua. Podemos inferir que *ler* é *catar*, *colher*, buscar nas palavras o seu significado. *Ler* é atividade humana e, portanto, objetiva, cria em nossas consciências a cultura, permitindo que o leitor aperfeiçoe seu espírito diante das mazelas da alienação. Assim sendo, o leitor colhe, e o eleitor escolhe.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre a educação e a política, especialmente em uma democracia. Mas a democracia brasileira, por optar ser a

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

eleição compulsória, deixou de lado a obrigatoriedade da educação pública de qualidade, quando na verdade as duas deveriam andar juntas. O voto é obrigatório, a educação básica também, mas a leitura clássica é cada vez mais desnecessária na formação dos alunos.

A leitura que defendemos aqui não é a leitura realizada por esta ou aquela disciplina. O modo disciplinar de educação é fator de alheamento do estudante, ainda mais por fazer o sujeito acreditar que só há uma leitura possível da realidade: repartindo-a em uma série de conhecimentos hierárquicos e cumulativos. A leitura da qual falamos é a que permite que o sujeito compreenda a realidade como um todo, e assim se torne sujeito ativo da realidade.

Não podemos então deixar de mencionar o ataque que as disciplinas da área de Ciências Humanas têm sofrido nos últimos anos. Acreditar que o desenvolvimento de país ou que o progresso individual é obstado pela presença das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio é uma falácia que demonstra o quanto a educação tem sido utilizada de forma eleitoreira e ideológica. Há, primeiramente, uma crença que os movimentos de indignação social que desde o ano de 2013 têm acontecido são originados pela presença das disciplinas de Ciências Humanas no currículo escolar. Há, em segundo lugar, a crença que tais disciplinas em seu estado atual, com poucas aulas e poucos profissionais habilitados em sala de aula, além de estarem totalmente esquadrihadas e controladas por força dos currículos e dos planejamentos pedagógicos, realmente conseguem fazer diferença na formação da consciência juvenil.

O fato é que as Ciências Humanas (re)nasceram decadentes nos currículos escolares em nosso milênio. E isto porque (re)nasceram comprometidas com a educação binária que há décadas está em voga na formação básica brasileira. Por educação binária nos referimos à educação do certo e do errado, como se a realidade fosse certa ou errada. Por mais que alguns professores ou pedagogos se coloquem contra este sistema que solapa mentes, o fato é que os alunos ainda se pautam por disciplinas, notas, aprovações, e concursos vestibulares e Exames. E a leitura necessária



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

para a vivência política é muito mais que decifrar sentenças e marcar (ou não) um X ao final.

Desvelar (retirar os véus) a realidade é um intenso trabalho para o qual nossos jovens não estão sendo formados, por uma atitude política. E enfim, o que nos revela a palavra política? Sabemos que sua origem é a polis (a cidade) da Hélade, a mesma polis que aperfeiçoou a arte e a filosofia de tal modo que ainda hoje elas ecoam em nossas mentes. Mas o que havia nesta cidade? Que sociedade era essa que nos presenteou a política? Era a sociedade escravocrata grega, onde o homem livre ocupava o papel de cidadão, mantendo a mulher em seu devido lugar, e os estrangeiros à margem da sociedade. Era o homem que para manter seu status lançava-se à guerra de captura de escravos e espólios e que governava esta sociedade. O homem guerreiro – *aristoi* – que governava através de uma aristocracia. Em síntese, podemos dizer que a política era o governo que legitimava a violência de uma classe que vivia do trabalho de outrem, e que pela mesma legitimidade estabelecia lugares certos para pessoas diferentes de si. A política legitimava a desumanidade do homem, mas no entender da filosofia continha o gérmen da transformação social necessária. Mas para isso, os jovens deveriam ser educados (do latim *educere*, tirar de): o processo educativo envolvia retirar um novo humano de dentro do humano que ali se apresentava. Discutir política e educação, por mais que envolva buscar o passado, é extremamente atual.

Devemos aqui chamar a atenção para o conceito de cidadania na sociedade brasileira. Se a cidadania grega estava ligada à condição da sociedade escravocrata, a cidadania moderna foi configurada em torno da luta da burguesia contra os privilégios feudais e pela liberdade (de ir e vir, de consciência, de acumulação de propriedades, etc.). Mas não podemos deixar de apontar que a cidadania brasileira foi moldada em quatro séculos de regime escravocrata colonial. A cidadania brasileira é a dobra do sujeito. Não é à toa que nossa cidadania é chamada de “cidadania regulada”, ou seja, só é cidadão o indivíduo que porta documentos como, por exemplo, o título eleitoral.

Se, para a modernidade o sujeito era o senhor do seu destino, em nossa



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sociedade sujeito é a pessoa que é sujeita a um poder maior que o seu. E ela deve negociar com esse poder, torná-lo maleável, aproveitá-lo de acordo com seus interesses. Negociação que não se confunde com a reivindicação consciente de direitos, com o posicionamento real sobre o lugar do cidadão na sociedade. Os movimentos sociais que estremecem a nossa sociedade são louváveis pela coragem da exposição da indignação. Mas há a necessidade de um projeto social que seja traçado pelas bases, que se inicie no cotidiano. Sem a educação, isto não será possível. E sem espaços de debate como este que ora temos em mãos, também não. Este é o mérito desta publicação.